Perguntas - Introdução

1. O que é o princípio da tipicidade tributária e em que norma constitucional o poderemos encontrar consagrado?
2. O herdeiro de alguém com dívidas de impostos pode ser sujeito passivo desses tributos? Justifique.
3. Do ponto de vista constitucional, porque é fundamental saber se uma determinada prestação imposta aos cidadãos é verdadeiramente um imposto ou uma outra forma de receita pública?
4. Diga o que entende por “facto gerador do imposto”.
5. Distinga a extinção da obrigação de imposto por caducidade da extinção por prescrição, referindo ainda outras formas de extinção da obrigação de imposto que conheça.
6. Comente a afirmação: “ Um facto isento de imposto é, simultaneamente, excluído da tributação”.
7. Qual o significado da expressão: “o imposto distingue-se das prestações delineadas de acordo com a vontade das partes”.
8. A contribuição para o audio-visual (antiga taxa de radiodifusão), paga por todos os consumidores de energia eléctrica conjuntamente com a factura deste consumo, é um imposto ou é uma taxa? Porquê?
9. Distinga impostos directos de impostos indirectos à luz dos dois critérios que caracterizam essa distinção.
10. Comente a afirmação: “à luz da Constituição da Republica Portuguesa, falar no princípio da igualdade tributária, é muito mais do que a proibição de qualquer tipo de discriminação”.
11. Comente a seguinte afirmação: “Nos impostos proporcionais a taxa é fixa”.
12. Quando se afirma que “ o imposto não representa uma reacção da ordem jurídica à prática de um facto ilícito” está a distinguir-se o imposto de duas outras receitas públicas. Quais são? Justifique.
13. Qual o significado da expressão: “O imposto é uma prestação estabelecida pela lei”.
14. Comente a seguinte afirmação: “Além da grande importância no financiamento das despesas públicas, os impostos são também importantes na prossecução de outras finalidades, a que a doutrina chama de finalidades extrafiscais”.
15. O cumprimento da obrigação do imposto pode não ser exclusivamente exigido ao sujeito passivo originário. Justifique.

16. O herdeiro de alguém que tem uma dívida fiscal liquidada é sujeito passivo por força dessa dívida? Justifique.

17. A alínea p) do n.º 2 do artigo 5.º do CIRS ofende o princípio da tipicidade tributária? Justifique.

18. Comente a seguinte afirmação “alguns autores têm considerado inúteis as normas expressas de exclusão tributária, de que é exemplo o art.º 12.º do CIRS” (in Impostos-Teoria Geral, de Américo Brás Carlos).

19. Admita que a Assembleia Municipal de Odemira aprovou uma postura municipal concedendo uma redução de 50% da taxa normal do Imposto Municipal sobre as Transmissões de Imóveis às empresas que se instalem no seu município. Pronuncie-se sobre a constitucionalidade desta medida.

20. Distinga os conceitos de Liquidação e de Pagamento do Imposto.

21. Diga em que medida o Princípio da Segurança Tributária ou da Protecção de Confiança procura garantir a conformidade da Lei perante a Constituição.

22. “Para além da satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas, os impostos prosseguem também objectivos de carácter extra-fiscal”. Indique quais e dê exemplos da sua aplicabilidade.

23. Comente a seguinte afirmação: “Podem não coincidir o tempo cronológico e o tempo para exercício do poder-dever de cobrar impostos devidamente liquidados”.